

SEÇÃO II
DA APRECIÇÃO DO REQUERIMENTO DE REGISTRO
DO PROFISSIONAL DIPLOMADO NO EXTERIOR,
BRASILEIRO OU ESTRANGEIRO PORTADOR DE VISTO
PERMANENTE

Art. 14. Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

Art. 15. A câmara especializada competente estabelecerá, de acordo com a legislação profissional e educacional em vigor, as atribuições concedidas e as restrições impostas ao profissional em função do seu currículo escolar, após análise do conteúdo programático e das cargas horárias das disciplinas cursadas.

Art. 16. Aprovado o registro do profissional pela câmara especializada, o processo será encaminhado ao Plenário do Crea para apreciação.

Art. 17. Após aprovação do registro pelo Plenário do Crea, o processo será encaminhado ao Confea para apreciação.

Parágrafo único. O registro do profissional diplomado no exterior somente será concedido após sua homologação pelo Plenário do Confea